

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO 2021

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Administração Municipal de Santo Ângelo, Gestão 2021/2024, Governo de Inovação, em meio à crise pandêmica, desenvolveu em seu primeiro ano da nova gestão, uma série de ações de enfrentamento à COVID-19, atendendo a população em situação de vulnerabilidade social e que perderam renda e/ou emprego com as restrições sanitárias de circulação. Fortalecemos os programas sociais, ampliamos programas de saúde pública, investimos em educação de qualidade, retomamos projetos de mobilidade urbana e atuamos de forma articulada com todos os segmentos da comunidade.

Em razão da pandemia, a demanda por serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania registrou um aumento no fornecimento do Programa de Aporte Nutricional e no atendimento da Cozinha Comunitária instalada junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A procura pelas cestas básicas saltou de cinco mil em 2020 para 13 mil em 2021.

Investimos no reforço da cesta básica com alimentos da agricultura familiar, aportando recursos para os pequenos produtores e aprimorando a qualidade nutricional do aporte nutricional.

Relevante destacar a solidariedade da população santo-angelense que promoveu campanhas de arrecadação de roupas, alimentos, produtos de higiene e limpeza e direcionou a arrecadação para a Central do Bem, departamento municipal que tem mais de cinco mil famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas, e para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Na área da saúde foram necessários grandes investimentos para o enfrentamento à COVID-19. O Governo Municipal precisou contratar mais profissionais de saúde para atender a demanda imposta pela pandemia, formalizar parceria com as instituições de saúde local na compra de leitos clínicos e da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), materiais e outros produtos para o enfrentamento.

Mesmo com o grande volume de investimentos para o combate à COVID-19, direcionamos recursos para a modernização das Estratégias de Saúde da Família (ESFs). Em 2021 foram reformadas e ampliadas três unidades, atendendo as comunidades do Bairro Pippi, Haller e Centro Sul.

Instalamos placas fotovoltaicas para a geração própria de energia na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 Horas, em parceria com a empresa Rio Grande Energia (RGE), o que representa uma redução de 80% no valor fatura mensal de consumo de energia.

Cabe ressaltar também que, embora a pandemia tenha afetado o mercado de trabalho local, Santo Ângelo foi um dos quatro municípios gaúchos que manteve a empregabilidade, segundo Henrique Reichert, da Caravela Soluções, empresa que monitora os dados econômicos de municípios gaúchos e de Santa Catarina. E, segundo o Cadastro Geral de



Empregados e Desempregados (CAGED), da Secretaria do Trabalho do Governo Federal, encerramos o ano de 2021 com saldo positivo de 799 empregos.

Como reflexo deste quadro, Santo Ângelo apresentou crescimento no período com a elevação em 5,28% no retorno do ICMS em 2021.

A área educacional ganhou prioridade neste primeiro ano da nova gestão. Entre as ações que merecem destaque estão os investimentos na reforma das escolas de Educação Infantil e a instalação de um novo espaço para o acolhimento de crianças pelo município, com a abertura de cem novas vagas, por meio de convênio com o Governo do Estado que cedeu parte de uma escola para a instalação de novas turmas.

A gestão incrementou o cercamento eletrônico da cidade. Fechamos 2021 com 78 novas câmeras de videomonitoramento instaladas nas escolas da rede pública municipal, totalizando 141 em funcionamento, com 108 interligadas ao sistema de vigilância da Brigada Militar.

Estamos trabalhando na reestruturação dos centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e do Centro Missioneiro de Equoterapia. Este novo modelo de gestão é marcado pela valorização e humanização nas relações entre profissionais da saúde e a população, com prioridade à facilidade de acesso ao sistema público de saúde, com mais qualidade nos serviços ofertados.

Está em andamento a obra de construção do novo espaço do CAPS Infantil, com moderna e ampla estrutura, aprimorada para atender crianças e adolescentes com a necessidade de tratamento da saúde mental.

Reconhecendo o setor primário como parte fundamental da economia de Santo Ângelo, o Governo Municipal tem direcionado ações para oferecer condições de permanência do agricultor no meio rural, trabalhando fortemente na formalização das agroindústrias familiares, incentivando o associativismo e oferecendo a infraestrutura necessária para estimular a produção agropecuária. Instituímos a Lei de Incentivo à Agricultura Familiar e às Agroindústrias realizando obras e serviços nas propriedades rurais, incentivando o empreendedorismo rural.

Executamos 131 quadras de pavimentação asfáltica ao longo de 2021 com recursos próprios e de projetos e programas de modernização e recuperação da malha viária.

Demos continuidade ao Programa de Modernização do Sistema de Iluminação Pública e já temos 60% da área territorial do município (cidade e meio rural) com tecnologia LED. Em 2021, foram instalados 2.473 novos pontos de iluminação, substituindo lâmpadas de alta pressão por LED.

Também prosseguimos com a ampliação da rede de drenagem pluvial da cidade, por meio do Programa de Prevenção a Alagamentos. Fechamos a primeira gestão com 18 quilômetros de novas redes e, em 2021, foram mais de dois quilômetros de novas redes, em áreas suscetíveis, solucionando problemas de inundação, garantindo proteção à vida e ao patrimônio do cidadão.



Uma gestão municipal comprometida com a retomada do desenvolvimento econômico e social, não descuida das questões ambientais. Santo Ângelo instituiu em parceria com Ministério Público do Rio Grande do Sul, o Programa de Saneamento Básico Rural e ações de aprimoramento estão sendo executadas no interior do município. Estão sendo instalados kits de esgotamento doméstico no Distrito Buriti, contemplando inicialmente cem famílias da localidade. O programa foi reconhecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como o terceiro melhor do país, na Categoria Sustentabilidade.

Uma articulação política regional envolvendo todos os setores empresariais de Santo Ângelo e região está trabalhando na reforma e ampliação do Aeroporto Regional Sepé Tiaraju, em parceria com o Governo do Estado e a União, além de confirmar já a partir de julho deste ano de voos comerciais entre Santo Ângelo e São Paulo, capital. Este novo roteiro é comemorado pelo setor empresarial e turístico da Região Noroeste como fator de desenvolvimento socioeconômico.

Assim sendo, temos que pelas informações apresentadas, as mesmas representam adequadamente e com fidedignidade os fatos ocorridos no exercício.

Prefeitura Mun. de Santo Ângelo

Jaques Gonçalves Barbosa
Prefeito Municipal

Jaques Gonçalves Barbosa
Prefeito de Santo Ângelo

RELATÓRIO

Tenho a satisfação de apresentar a V.S^a. o Balanço Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, relativo ao exercício de 2021, acompanhado da exposição que visa demonstrar a situação econômico - financeira do Município de Santo Ângelo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício de 2021, de nº 4.383/20 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 256.000.000,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões de reais). Entretanto, a abertura de créditos no decorrer do exercício veio alterar esta cifra, como demonstra o quadro que segue:

DESPESA FIXADA.....	256.000.000,00
(+) CRÉDITOS ADICIONAIS.....	90.235.053,35
(-) REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	(46.677.206,79)
DESPESA AUTORIZADA.....	229.557.846,56

CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado foram autorizados créditos adicionais que somou R\$ 90.235.053,35 (noventa milhões duzentos e trinta e cinco mil cinqüenta e três reais e trinta e cinco centavos), sendo suplementares no valor de R\$ 90.182.553,35 (noventa milhões cento e oitenta e dois mil quinhentos e cinqüenta e três reais e trinta e cinco centavos) e especial no valor de R\$ 52.500,00 (cinqüenta e dois mil e quinhentos reais). Para dar cobertura aos créditos suplementares, foram utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R\$ 32.065.246,63 (trinta e dois milhões sessenta e cinco mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), anulação de dotação no valor de R\$ 46.661.206,79 (quarenta e seis milhões seiscentos e sessenta e um mil duzentos e seis reais e setenta e nove centavos), superávit no valor de R\$ 11.498.599,93 (onze milhões quatrocentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos) e operação de crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo com o art. 43 da Lei 4320/64.

Segue em anexo, o mapa dos créditos adicionais abertos no exercício de 2021.

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 275.859.290,63 (duzentos e setenta e cinco milhões oitocentos e cinquenta e nove mil duzentos e noventa reais e sessenta e três centavos).

O comportamento da receita realizada no exercício considerado traduz-se no quadro seguinte:

RECEITA	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
REC. TRIBUTÁRIA	55.744.500,00	58.106.285,24	2.361.785,24
REC. DE CONTRIBUIÇÃO	20.603.000,00	13.119.560,19	7.483.439,81
REC. PATRIMONIAL	3.841.000,00	4.021.466,12	180.466,12
REC. AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00
REC. INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
REC. DE SERVIÇO	1.171.000,00	109.432,11	1.061.567,89
TRANSF. CORRENTES	152.627.000,00	189.133.219,54	36.506.219,54
OUTRAS REC. CORRENTES	2.088.000,00	2.570.955,98	482.955,98
REC. INTRA - ORÇAMENTÁRIA	23.000.000,00	29.901.399,69	6.901.399,69
REC. DE CAPITAL	15.884.500,00	6.200.639,68	9.683.860,32
REC. INTRA DE CAPITAL	0,00	7.737,20	7.737,20
(-) DEDUÇÃO P/ FUNDEB	18.520.000,00	22.775.053,51	4.255.053,51
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	439.000,00	4.536.351,61	4.097.351,61
SOMA	256.000.000,00	275.859.290,63	19.859.290,63

ANÁLISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada foi de R\$ 256.000.000,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões de reais), alterando-se no decorrer do exercício para R\$ 299.557.846,56 (duzentos e noventa e nove milhões quinhentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), através de créditos adicionais autorizados.

DESPESAS	FIXADA I	FIXADA II	REALIZADA	DIFERENÇA
CORRENTES	218.091.500,00	255.065.045,29	230.193.752,87	24.871.292,42
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	153.140.700,00	164.144.659,45	151.631.945,27	12.512.714,18
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	2.675.000,00	4.844.243,09	4.582.842,39	261.400,70
OUTRAS DESP. CORRENTES	62.275.800,00	86.076.142,75	73.978.965,21	12.097.177,54
CAPITAL	26.948.500,00	38.599.601,27	13.226.706,22	25.372.895,05
INVESTIMENTOS	21.074.500,00	31.939.401,27	9.058.150,51	22.881.250,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	50.000,00	938.500,00	888476,03	50023,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.824.000,00	5.721.700,00	3.280.079,68	2.441.620,32
CONTINGÊNCIA	10.960.000,00	5.893.200,00	0,00	5.893.200,00
	256.000.000,00	299.557.846,56	243.420.459,09	56.137.387,47

GESTÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

O balanço Financeiro constitui-se de peça básica para a demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo do exercício uma vez que conjugou operações de receita e despesa orçamentária, além das que por sua natureza independeram de

autorização da Lei de Meios com os saldos em espécies no início do exercício.

SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	125.741.575,11
(+) RECEITA ORÇADA REALIZADA	275.859.290,63
(+) TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.604.992,63
(+) INSCR.RESTOS A PG. PROCESSADOS	10.952.276,57
(+) INSCR.RESTOS A PG.Ñ PROCESSADOS	6.411.451,40
(+) DEP. RESTITUÍVEIS E VAL.VINCULADOS	43.971.900,41
(+) DEP. RESTITUÍVEIS E VAL.VINCULADOS	732.241,81
SOMA	471.273.728,56
(-) DESPESA ORÇADA REALIZADA	249.831.910,49
(-) TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.611.120,35
(-) PAGTO.RESTOS A PG. PROCESSADOS	13.538.598,15
(-) PAGTO.RESTOS A PG.Ñ PROCESSADOS	5.828.331,56
(-) DEP. RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	43.039.832,91
(-) OUTROS PAGTOS. EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	151.423.935,10

O Saldo confere com o demonstrativo do ativo disponível do balanço financeiro, bem como a existência monetária verificada em 31 de dezembro de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do município demonstrando a situação de bens e direitos em determinado momento, considerando a origem e aplicação de recursos a disposição da Fazenda Pública.

A situação do patrimônio do Município segundo este balanço é o seguinte:

ATIVO CIRCULANTE	170.782.176,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	57.693.131,96
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	8.943.451,66
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6.613.746,99
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES CP	93.723.303,29
ESTOQUES	3.802.183,66
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	6.358,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE	350.401.236,06
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	5.259.740,10
INVESTIMENTOS	33.031,57
IMOBILIZADO	382.429.707,17
(R)DEPREC.,EXAUSTÃO E AMORT. ACUMULADAS	37.321.251,29
INTANGÍVEL	8,51
PASSIVO CIRCULANTE	72.902.564,95
OBRIG.TRAB.ASSIST.A PG.CP	48.919.564,50
EMPRÉST. FINANC. A CP	5.271.292,15
FORN. E CONTAS A PG. CP	10.845.932,48
PROVISÕES A CURTO PRAZO	3.723.256,98
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CP	4.142.518,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	136.468.411,47
OBRIG.TRAB.ASSIST.A PG.LP	1.076.054,31
EMPR. E FINANC. A LP	38.891.460,23
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LP	1.955.043,72
PROVISÃO A LONGO PRAZO	94.545.553,21
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LP	0,00
RESULTADO DIFERIDO	300,00

Por seu turno a representação do Patrimônio Permanente resume-se assim:

ATIVO PERMANENTE	345.141.495,96
INVESTIMENTOS	33.031,57
IMOBILIZADO	382.429.707,17
(R) DEPREC.,AMORT.ACUM.	37.321.251,29
DIFERIDO	8,51

Os valores do patrimônio conduzem o resultado patrimonial do exercício para o que segue:

ATIVO REAL	521.183.412,54
PASSIVO REAL	209.370.976,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	311.812.436,12

DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A Dívida Fundada Interna que compreende os compromissos de exigibilidade superiores a doze meses contraídos para atender obras de infra - estrutura e saneamento básico teve o seguinte comportamento durante o exercício de 2021:

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	59.983.655,44
(+) FORMAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO NO EXERCÍCIO	208.151.285,79
(+) ATUALIZAÇÕES	207.318.834,05
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	59.151.203,70

DÍVIDA FLUTUANTE

Esta Dívida encontra-se assim discriminada:

CREDORES DIVERSOS	64.727.399,03
DEPÓSITOS	0,00
RESTOS	309.390,10
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	65.036.789,13

APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

EXERCÍCIO DE 2021

RECEITAS

Durante o exercício de 2021, a receita proveniente de impostos e transferências, formadora da base de cálculo para aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino teve sua composição segundo a demonstração expressa

RECEITA	REALIZADA	MDE	FUNDEB	TOTAL
FPM	48.411.580,32	2.420.579,02	9.682.316,06	12.102.895,08
ICMS	54.797.731,57	2.739.886,58	10.959.546,31	13.699.432,89
IPI EXPORTAÇÃO	590.393,58	29.519,68	118.078,72	147.598,40
LEI COMPL. 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	13.450.206,04	3.362.551,51		3.362.551,51
ITBI	6.531.473,69	1.632.868,42		1.632.868,42
ISS	16.233.091,95	4.058.272,99		4.058.272,99
IRRF	7.679.453,73	1.919.863,43		1.919.863,43
ITR	504.053,36	25.202,67	100.810,67	126.013,34
IPVA	13.263.057,33	663.152,87	2.652.611,47	3.315.764,33
DÍV. ATIVA TRIB.	2.672.078,42	668.019,61		668.019,61
MULTAS E JUROS TRIB.	52.485,29	13.121,32		13.121,32
MULTAS E JUROS DIV. ATIVA TRIB.	1.034.652,88	258.663,22		258.663,22
SUB - TOTAL	165.220.258,16	17.791.701,31	23.513.363,23	41.305.064,54

DA DESPESA

Dos Valores Aplicados em MDE

A despesa inicialmente autorizada, computáveis para a formação do índice a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, foi de R\$ 48.305.975,00 (quarenta e oito milhões trezentos e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais), sendo alterada através da emissão de créditos adicionais para R\$ 61.029.518,77 (sessenta e um milhões vinte e nove mil quinhentos e dezoito reais e setenta e sete centavos) , onde R\$ 60.949.022,79 (sessenta milhões novecentos e quarenta e nove mil vinte e dois reais e setenta e nove centavos) foram efetivamente aplicados, conforme demonstra o quadro abaixo:

CÓDIGO DO RECURSO	D. SUBFUNÇÃO	UNID. ORÇ.	DESP. ORÇADA	DESP. REALIZADA	APLICAÇÃO
20- MDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1001	5.477.666,02	5.471.594,14	
20- MDE	ENSINO FUNDAMENTAL	1001	11.483.619,78	11.479.606,49	
20- MDE	EDUCAÇÃO INFANTIL	1001	3.174.000,64	3.159.258,25	
20- MDE	EDUCAÇÃO ESPECIAL	1001	0,00	0,00	
31 - FUNDEB	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1001	0,00	0,00	
31 - FUNDEB	ENSINO FUNDAMENTAL	1001	22.005.819,24	21.990.377,80	
31 - FUNDEB	EDUCAÇÃO INFANTIL	1001	18.888.413,09	18.848.186,11	
DESPESA TOTAL				20.856.616,22	60.949.022,79
TRANSF. FUNDEB					40.953.943,49
DED. REC. DO FUNDEB					22.775.053,51
DESP. LIQ. C/ PLUS DO FUNDEB					18.178.889,98
DESP. LIQ. C/ REND. MDE E FUNDEB					161.903,54
DESP. NÃO COMPUTÁVEIS					1.301.267,22
TOTAL APLICADO					41.306.962,05
PERCENTUAL APLICADO					25,00

Verifica-se que o total gasto com educação, computável como despesa do MDE no referido exercício correspondeu a 25,00 % da receita proveniente de impostos e transferências, excluindo-se ainda o plus do FUNDEB e os rendimentos de aplicação financeira das contas bancárias relativas ao MDE e FUNDEB.

REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES REGENTES DE CLASSE

A despesa com remuneração dos professores em efetivo exercício do magistério paga com recursos do FUNDEB alcançou R\$ 32.477.391,13 (trinta e dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil trezentos e noventa e um reais e treze centavos), enquanto a receita atingiu R\$ 41.032.848,64 (quarenta e um milhões trinta e dois mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) constatando-se uma aplicação de 79,15%, conforme demonstrado abaixo:

RECEITA	ARRECADADA
TRANSFERÊNCIA FUNDEB	40.953.943,49
RENDIMENTO APLIC. FUNDEB	78.905,15
TOTAL DA RECEITA	41.032.848,64
REMUN. REGENTES DE CLASSE	32.477.391,13
	79,15

Verificou-se o cumprimento legal, uma vez que foram aplicados na remuneração dos professores em efetivo exercício do magistério 79,15 % dos recursos do FUNDEB.

APLICAÇÃO EM SAÚDE

RECEITAS

Durante o exercício de 2021, a receita proveniente de impostos e transferências, formadora da base de cálculo para aplicação em Saúde teve sua composição segundo a demonstração expressa abaixo:

RECURSO	REALIZADA	SAÚDE	SAÚDE (15%)
1- FPM	48.411.580,32	7.261.737,05	
2- ICMS	54.797.731,57	8.219.659,74	
3- IPI EXPORTAÇÃO	590.393,58	88.559,04	
4- LEI COMPL. 87/96	-	-	
5- IPTU	13.450.206,04	2.017.530,91	
6- ITBI	6.531.473,69	979.721,05	
7- ISS	16.233.091,95	2.434.963,79	
8- IRRF	7.679.453,73	1.151.918,06	
9- ITR	504.053,36	75.608,00	
10- IPVA	13.263.057,33	1.989.458,60	
11- DÍV. ATIVA TRIB.	2.672.078,42	400.811,76	
12- MULTAS E JUROS TRIB.	1.034.652,88	155.197,93	
13- MULTAS E JUROS DIV. ATIVA TRIB.	52.485,29	7.872,79	
TOTAIS	165.220.258,16	24.783.038,72	24.783.038,72

DESPESA

A despesa inicialmente autorizada para as ações e serviços públicos em saúde foi R\$ 20.360.635,00 (vinte milhões trezentos e sessenta mil seiscentos e trinta e cinco reais), a qual alterou-se no decorrer do exercício para R\$ 25.316.033,06 (vinte e cinco milhões trezentos e dezesseis mil trinta e três reais e seis centavos).

A despesa legalmente empenhada (liquidada) e que constitui a base de cálculo da aplicação em Ações e Serviços Públicos em Saúde foi de R\$ 25.014.321,68 (vinte e cinco milhões quatorze mil trezentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS	DESPESA	DESPESA	APLICAÇÃO EM
EM SAÚDE	ORÇADA	REALIZADA	SAÚDE (15%)
40- SECRETARIA DE SAÚDE	25.316.033,06	25.014.321,68	
(-) DESP.LIQUID. REND. ASPS		73.713,35	
RECEITA DE IMPOSTOS			165.220.258,16
PERCENTUAL APLICADO			15,10

Conforme demonstrado, a despesa realizada alcançou 15,10 %, da receita proveniente de impostos e transferências, ou seja, 0,10 pontos percentuais além do limite legal definido.